



COMISSÃO EUROPEIA – COMUNICADO DE IMPRENSA

Auxílios estatais: a Comissão aprova a reestruturação do Banco Português de Negócios (BPN)

Bruxelas, 27 de março de 2012 - A Comissão Europeia autorizou, em aplicação das regras em matéria de auxílios estatais da UE, a reestruturação do Banco Português de Negócios (BPN). O BPN foi nacionalizado em novembro de 2008, tendo beneficiado de diversas medidas de auxílio. O plano de reestruturação prevê a venda do BPN ao Banco BIC Portugal. Na sequência das alterações ao plano inicial e dos compromissos assumidos por Portugal, a Comissão concluiu que a reestruturação e a venda do BPN permitirão criar uma entidade viável, assegurando ao mesmo tempo uma contribuição própria adequada do banco para os custos de reestruturação e limitando as distorções da concorrência causadas pelos auxílios.

O Vice-Presidente da Comissão responsável pela política da concorrência, Joaquín Almunia, declarou: «*Regozijo-me com os compromissos assumidos por Portugal, que tornam a reestruturação conforme com as regras em matéria de auxílios estatais da UE e preservam a estabilidade financeira*».

O plano de reestruturação revisto evidencia que a integração do BPN no BIC permitirá restabelecer a viabilidade da instituição, graças à reestruturação das atividades e do modo de funcionamento do BPN, bem como à criação de sinergias entre as duas entidades.

Além disso, o plano prevê um aumento da remuneração paga pelas medidas de auxílio de que a empresa beneficiou. Portugal comprometeu-se igualmente a (i) estabelecer um limite aplicável ao capital de base de nível 1 do BPN, ii) adaptar o prazo e a remuneração das linhas de tesouraria solicitadas pelo Banco BIC Portugal, que devem ser concedidas pela Caixa Geral de Depósitos e (iii) respeitar a proibição de proceder a aquisições e de pagar dividendos, bem como a proibição de exercer os direitos de opção de resgate em relação aos titulares de obrigações subordinadas até 31 de dezembro de 2016.

As medidas propostas são também adequadas e proporcionadas para compensar as distorções da concorrência criadas pelo auxílio.

Contexto

O BPN é uma instituição financeira com sede em Portugal, que presta serviços bancários. O banco foi nacionalizado a preço zero em novembro de 2008, no rescaldo da crise financeira, tendo beneficiado de várias medidas de auxílio, incluindo garantias estatais sobre o papel comercial emitido pelo BPN.

Na sequência do fracasso dos dois primeiros convites à apresentação de propostas com vista à privatização, em 2010, e da adoção do programa de assistência financeira a Portugal, em maio de 2011 (ver [MEMO/11/313](#)), as autoridades portuguesas encetaram negociações em exclusividade com o Banco BIC Portugal, tendo em vista a venda do BPN.

A Comissão deu início a uma investigação aprofundada em outubro de 2011 (ver [IP/11/1235](#)), a fim determinar se a proposta do BIC de julho de 2011 estava em conformidade com as orientações em matéria de auxílios à reestruturação dos bancos (ver [IP/09/1180](#)). Em resposta às dúvidas expressas pela Comissão, Portugal submeteu um plano de reestruturação atualizado em janeiro de 2012. Nenhum terceiro apresentou comentários ou observações.

A versão não confidencial da decisão de hoje estará disponível sob o número de processo [SA.26909](#) no Registo dos auxílios estatais, no [sítio Web da DG Concorrência](#), uma vez resolvidas as eventuais questões de confidencialidade. As novas publicações de decisões sobre auxílios estatais na Internet e no Jornal Oficial são enumeradas no ['State aid Weekly e-News'](#)

Contactos :

[Antoine Colombani](#) (+32 2 297 45 13)

[Maria Madrid Pina](#) (+32 2 295 45 30)